

Projeto da Sistematização será entregue hoje

Atacado por empresários e pelo Governo, o Cabral III está pronto para ser votado pelo Plenário



Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso propõem eleições primárias

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, entrega hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o terceiro projeto de Constituição, elaborado de acordo com os resultados das votações na Sistematização. A solenidade de entrega do projeto será realizada às 15 horas, no plenário da Comissão de Relações Exteriores. Antes disso, cada parlamentar receberá também cópia do documento.

Mesmo sem o suspense dos dois substitutos anteriores, o projeto de Constituição é guardado com o maior sigilo pela Comissão de Sistematização, cujos servidores se negam a entregá-lo a qualquer pessoa antes das 16 horas de hoje, alegando ainda que não têm informações sobre o número de páginas e tampouco quantos exemplares foram impressos. Sua distribuição, a qualquer interessado, será feita a partir daquele horário, através do Setor de Ajuizados da Câmara, no prédio do Anexo II.

Passados nove meses da instalação da Assembleia Nacional Constituinte e cerca de três meses de votação na Comissão de Sistematização, chega hoje finalmente ao relator do projeto Ulysses Guimarães o primeiro projeto definitivo de Constituição. Melhor no corpo permanente e menor nas Disposições Transitórias, o projeto vem sendo atacado duramente por setores empresariais e do governo.

Mas foi por conter avanços surpreendentes em relação ao substituto anterior, o Cabral II, que este Projeto de Constituição "A" motivou a criação do grupo denominado **Centrão**, que pretende com a alteração do Regimento, justamente derubar as conquistas conseguidas principalmente no capítulo dos Direitos Coletivos e Individuais, como a estabilidade no emprego, como afirma o líder do PSB, senador Jamil Haddad.

O projeto que será encaminhado hoje pelo relator Bernardo Cabral a Ulysses Guimarães, sem muito alarde, já que as atenções estão todas voltadas para a votação de alterações no regimento, traz muitas novidades algumas consideradas avanços, e outras retrocessos, como a indefinição da reforma agrária, remetida para a Legislação Complementar. Veja título por título as principais modificações votadas na Comissão de Sistematização.

TÍTULO I — DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Com poucas alterações, este título foi acrescentado de um artigo que prevê que o Brasil

buscará promover a formação de uma comunidade latino-americana de nações, para a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

TÍTULO II — DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Com voto contrário do relator Bernardo Cabral, neste capítulo foi excluído o crime de tráfico de drogas para o efeito de inafiançabilidade e imprescritibilidade de penas, por outro lado, mantidas para os crimes de tortura. Ficou estabelecido o pagamento de indenização "prévia" pela União aos proprietários de terras desapropriadas para efeito de reforma agrária, e a proibição de penhora de propriedades de até 25 hectares para pagamento de quaisquer débitos.

DOS DIREITOS SOCIAIS (CAP. II)

Em este capítulo, sem dúvida, que estão figurando as inovações consideradas mais polêmicas, assim enumeradas:

- Piso salarial para todos os trabalhadores
- Jornada de trabalho de 44 horas semanais
- Pagamento de horas extras em dobro
- Licença-gestação de 120 dias
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço
- Voto facultativo para os maiores de 16 anos
- Garantia da estabilidade no emprego para trabalhadores urbanos e rurais, através da proibição da demissão imotivada.
- Pensão integral e não apenas 50% no caso de morte dos servidores públicos.

TÍTULO III — DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

A grande surpresa neste título foi a aprovação da total autonomia político-administrativa para o Distrito Federal, com a criação da Assembleia Legislativa e no Capítulo das Disposições Transitórias, a eleição direta para escolha do governador do Distrito Federal, já em 1988, para um mandato-tampão de 2 anos.

JUDICIÁRIO (CAP. IV)

Neste capítulo a novidade é a criação da Justiça Agrária no âmbito da Justiça Estadual, para cuidar da elucidação e julgamento de conflitos agrários. E criado também o Juízo de pequenas causas em todo território nacional e o "mandado de injunção", que dá o direito a todo cidadão de recorrer ao Judiciário sempre que se sentir le-

sado em questões que não sejam previstas pela Constituição ou Legislação Complementar.

TÍTULO VI — DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Neste novo projeto, a União perde a competência no que diz respeito à instituição de imposto compulsório. Seu poder fica limitado para decretar este tipo de tributação somente nos casos de "investimento público de relevante interesse nacional" ou em estado de guerra externa e sua iminência. O governo não poderá mais lançar mão do empréstimo compulsório para regular a política econômica, como foi feito recentemente no Brasil.

TÍTULO VII — DA ORDEM ECONÔMICA

Este título contém questões bastante polêmicas e que foram tratadas de forma surpreendente na Comissão de Sistematização. Mas a reação maior foi contra a aprovação do monopólio para a distribuição do Petróleo no território nacional. A reforma agrária, que todos previam ser votada num clima de impasse e tensão, pouco avançou com o acordo fechado à última hora entre os líderes dos partidos, sendo remetida para a Legislação Complementar a disciplina da imissão de posse nas terras desapropriadas. A Comissão de Sistematização conseguiu apenas definir como passíveis de desapropriação para efeito de reforma agrária as propriedades que não estejam cumprindo "função social".

ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Em este título que estão inseridas as questões que mais movimentam os constituintes na Comissão de Sistematização, depois da aprovação do Parlamentarismo como sistema de governo a ser implantado já em março de 1988, a redução do mandato do presidente José Sarney de 6 para 4 anos chegou a abalar as relações do Executivo com a Assembleia Nacional Constituinte. Além destes pontos, foi criado também mais um Estado, o de Tocantins, com a divisão do Estado de Goiás.

Sendo entregue hoje ao presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, o Projeto de Constituição só começará a ser discutido e votado no plenário da Constituinte depois da definição das alterações propostas ao regimento pelo Centrão. A votação vai depender ainda da instituição ou de um recesso de fim de ano, que está sendo analisado por Ulysses Guimarães.



Virgílio Távora

Grupo dos 32 discute propostas

A previsão de que o tráfico de drogas e o terrorismo são crimes inafiançáveis, e a supressão dos artigos do Cabral III que prevêm a criação do Conselho Nacional de Justiça, a imprescritibilidade das ações trabalhistas e a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo são algumas das propostas que o grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), examinará hoje. Estas idéias foram alinhadas pelo coordenador dos debates, senador Virgílio Távora (PDS-CE), em roteiro contendo todos os dispositivos aprovados pela Comissão de Sistematização aos quais o grupo pretende apresentar alternativas.

Na questão da estabilidade, há duas opções: a adoção do texto do Cabral I, que remete a matéria para a legislação ordinária, ou uma definição mais clara sobre a garantia de emprego, sobretudo em relação à justa causa.

— Hoje em dia — disse Távora — tanto os empresários quanto as entidades sindicais dos trabalhadores estão cantando do que a estabilidade foi introduzida na Constituição. Na realidade, isso não ocorreu. O texto atual vai dar motivo a imensas discussões na Justiça do Trabalho, porque tudo está muito mal definido.

XENOFOBIA

O grupo poderá tentar restabelecer em plenário dispositivo do Cabral II, segundo o qual obedecidas as diretrizes do Poder Executivo a lei não criará restrições a empresas em razão da nacionalidade do seu capital. Isto, segundo Távora, para retirar do texto "o seu caráter xenofobo", preservadas, entretanto, as garantias das empresas de capital nacional.

Outra modificação que poderá ser proposta pelo grupo: a revogação de artigo segundo o qual toda a empresa terá que ter entre os seus empregados pelo menos dez por cento de pessoas com mais de 45 anos de idade. O grupo poderá optar também por um percentual menor.

— Do jeito que está — justificou Távora — tudo quanto é pequena empresa quebra.

Távora considera razoável a jornada de trabalho de 44 horas semanais, e irá levar ao grupo uma proposta para os turnos de trabalho contínuo. O texto aprovado fixa um máximo de 6 horas de trabalho contínuo, e o senador acha que o limite pode ser de 8 horas, desde que as 2 horas excedentes sejam remuneradas como horas extras.

Na reforma agrária, a idéia, segundo Távora, é promover apenas pequenas modificações, deixando claro o conceito de que é propriedade produtiva (insuscetível de desapropriação).

O Centrão também já tem suas propostas de alteração. Entre elas, como informou o deputado José Lins (PFL-CE), a de indenização progressiva na parte relativa à garantia de emprego, a de transferência para a legislação ordinária das normas sobre a jornada de trabalho, e a de ajustes no conceito de empresa nacional "para acabar com a discriminação da poupança externa".

O Centrão, como o senador Távora, quer suprimir os dispositivos que prevêm a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, e a imprescritibilidade das ações trabalhistas. O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), está certo de que o plenário rejeitará o artigo sobre a nacionalização, e acredita que também não será acolhido o relativo às ações trabalhistas.

Recesso de fim de ano é incógnita

Até o final desta semana o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deve decidir se haverá e quando será o recesso de fim de ano da Assembleia. Até agora tudo o que existe são especulações.

Muitos funcionários dão como certo ter folga a partir de alguns dias antes do natal até o primeiro dia útil do próximo ano, ou seja, 4 de janeiro. Mas o secretário geral da mesa da Câmara e da Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira, garante que ainda "nada foi decidido, nem existe uma data provável".

O recesso da Constituinte interessa diretamente, além dos 559 parlamentares, a 800 dos três mil 300 funcionários da Câmara. Desde fevereiro o passado eles, que integram o chamado Núcleo de Apoio a Constituinte, têm estado sobrecarregados de trabalho. "Todo mundo está cansado, mas dá para aguentar", avallou o diretor geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino. Segundo ele, mesmo que o recesso seja acertado, alguns setores não pararão, como a segurança e a contabilidade.

Sabino, porém, reconhece que se a Constituinte for trabalhar sem recesso, apenas os funcionários com ela envolvidos por manuseio de plantão. "Não vejo problema em liberar os outros", disse, explicando que ainda não conversou com o presidente Ulysses Guimarães sobre o assunto porque "ele está preocupado com o problema da modificação do Regimento Interno. Seria até um contra-senso falar em recesso". De qualquer maneira, Sabino disse que é favorável a dar folga aos funcionários a partir do dia 20 de dezembro, uma segunda-feira, até o dia 3 de janeiro, inclusive, um domingo.

Deputado diz que Sarney está alheio

Ao sair de uma audiência com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) informou estar surpreso com a atitude do Presidente da República. "Ele está fechado para a política e não quis falar sobre os problemas da Constituinte".

Expedito Machado garantiu aos jornalistas que o encontro com Sarney teve um outro objetivo: Resolver problemas específicos do Ceará. Ainda surpreso, o constituinte disse que, como chefe da Nação, Sarney não pode ficar alheio aos acontecimentos no Congresso.

Covas defende primárias para PMDB escolher

Na sucessão do general João Baptista Figueiredo, o então senador José Sarney, à época presidindo o PDS, tentou forçar a realização de eleições primárias no seu partido para barrar a candidatura Paulo Salim Maluf, já antecipadamente vitoriosa na convenção pedessista. Não conseguiu vender a idéia e optou por transferir-se para outra agremiação — pela qual terminou chegando à presidência da República.

Este mesmo processo pode ser repetido na sucessão de Sarney pelo senador Mário Covas, líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte e principal quadro da esquerda do partido para disputar a presidência. Ontem, a bandeira das eleições primárias começou a ser empunhada por integrantes desta facção peemedebista como um recurso destinado a neutralizar a influência da máquina partidária sobre o processo de escolha do candidato, que neste momento beneficiaria o governador Orestes Quércia e o deputado Ulysses Guimarães.

"É muito mais difícil manipular o colégio dos filiados do partido, do que o de uma convenção de pouco mais de 600 delegados", admite o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos defensores das primárias. Ele chega a propor um mecanismo destinado a ampliar a margem de segurança contra a ingerência direta dos candidatos, pelo qual somente os peemedebistas com mais de um ano de filiação teriam direito a voto. "Desta forma, evita-se uma campanha de filiação em massa na última hora, patrocinada por candidato à presidência".

O senador paulista também reconhece que a realização de eleições prévias favorecerá os postulantes de maior apelo popular do seu partido, o que significaria excluir as chamadas lideranças de elite ou mesmo as de influência meramente regional. Ele não citou, mas no primeiro caso está o deputado Ulysses Guimarães e, no segundo, o governador Quércia. Entre os vários precedentes do PMDB, o que possui maior carisma junto às bases é mesmo o senador Mário Covas, o campeão de votos da Constituinte (8 milhões).

E é jogando nisto que Covas declarou ontem, francamente,

Hélio Garcia, distante, observa quadro político

A. C. SCARTEZINI Especial para o CORREIO

Em retiro desde que deixou o governo de Minas Gerais em março, Hélio Garcia avallou ontem a situação política e concluiu que não perde tempo com o seu silêncio. "As minhas posições sempre foram claras, mas agora estou apenas assistindo isso aí, essa falta de competência geral...", analisa o ex-governador e, na avaliação, descarta a hipótese de, pessoalmente, se prejudicar com o seu silêncio.

Não estou comprometido com nada do que aconteceu aqui. Vou perder o quê? Estou quieto, mas não pedi nada, não devo nada a ninguém. Na hora de voltar, eu volto.

Na sua fazenda de Santo Antônio do Amparo, a 190 quilômetros de Belo Horizonte, conversou Hélio Garcia por telefone com o **CORREIO BRAZILIENSE** e avisou como vai ser no momento em que sentir a hora de voltar à ação política:

- Quando eu entrar, vai ser com o corpo e a alma, como sempre fiz política. As eleições municipais do próximo ano eu vou examinar na hora certa. As eleições presidenciais eu também vou examinar. Mas, por enquanto não existe quadro pronto nem partido forte.
- A falta de partido forte não significa que Hélio Garcia pense na fundação de outra legenda, como cogitam alguns de seus aliados. "Um velho amigo meu daqui tinha uma grande expressão", recorda. "Ele dizia: 'Doutor, se eu não acredito nem em inferno, quanto mais em partido...'". Eu estou vendo o quadro um pouco à maneira do mineiro: onde existem grandes ambições não existem grandes soluções". Essa expressão Hélio Garcia cunhou em meados do ano passado, quando o PMDB se debatia para escolher o candidato à sua sucessão no governo de Minas.
- Agora, Hélio Garcia aplica a mesma advertência à sucessão do presidente Sarney, que acompanha há longo no retiro que se alterna entre a fazenda de café mineira e o apartamento carioca à beira da praia do Leblon. Pela televisão, acompanhou a movimentação de governadores no último final de semana em articulações políticas que incluem a sucessão presidencial.
- Nessa movimentação, destacou a posição do deputado Ulysses Guimarães, que, no domingo admitiu candidatar-se ao lugar de Sarney se isso agradar ao PMDB. "Então, pronto, o Ulysses, é candidato", concluiu Hélio Garcia e avisa aos outros pretendentes.
- Quando Ulysses falou que aceita, que vai tirar a sua candidatura? E bom estar alerta, porque ele é competente. O Tancredo já tinha medo dele... Tancredo temia duas pessoas: Ulysses e Hélio Garcia.
- O temor de Tancredo a Ulysses era pela competência política do deputado, a quem inclusive, precisou retirar do páreo em 1984 para se candidatar pelo PMDB à sucessão do general Figueiredo na presidência da República. Agora, o medo a Hélio Garcia, seu amigo e sucessor como vice — no governo de Minas.
- Eu era leal a Tancredo, mas ele tinha medo de mim porque eu era sempre imprevisível...
- Além de leal e amigo, Hélio era imprevisível a Tancredo porque, sem consultá-lo previamente, disparava articulações políticas que considerava favo-

Crise econômica preocupa

Mais do que a situação política, preocupa a Hélio Garcia a crise econômica, e a sorte do ministro Bresser Pereira no Ministério da Fazenda. Sente que o ministro vai tentar outro pacote para combater a inflação e o déficit público, mas suspeita o ex-governador da eficácia de novas medidas:

- O povo não aceita mais, está cansado disso.
- A mesma descrença aconteceu no princípio de março do ano passado, quando o Governo lançou o Cruzado. Convocou a uma reunião dos governadores no Planalto para debater o plano, sentou-se o mineiro Hélio Garcia ao lado do fluminense Leonel Brizola e não prestou atenção na conversa.
- Enquanto os governadores discutiam com o então ministro Dilson Funaro e outros "pais do Cruzado", distraído Hélio Garcia lia os jornais na mesa de reunião. Alguém chamou a atenção de Sarney para o desligamento do governador, mas o Presidente achou tudo normal. "Deixa o Hélio, que ele é assim mesmo...", desconversou Sarney.
- No momento em que pediram a sua opinião, Hélio ergueu os olhos e contemplou Sarney. "Presidente, o senhor tem prateleira?", usou o governador a expressão mineira que simboliza o sinônimo de estoque. Sim, temos prateleiras estratégicas disso e daqui,

respondeu o ministro da Fazenda que o Governo se sentia em condições de bancar o problema do abastecimento. "Está bem, então você tem o meu apoio?", prometeu Hélio, calou-se para sempre. E nem na campanha eleitoral usou o Cruzado.

Um pouco mais de uma semana depois, Hélio Garcia estava no interior da Argentina, em Rosário, quando discutia com autoridades peronistas locais o sucesso do Austral argentino. Disseram-lhe os peronistas que o Austral não dava certo na Argentina. Prognosticou, então, o governador o mesmo destino ao Cruzado:

- No Brasil, vai acontecer a mesma coisa.

PFL de Sergipe também pregará eleição geral

Aracaju — O PFL de Sergipe fechou questão: vai defender a convocação de eleições gerais para o próximo ano se a decisão da Comissão de Sistematização de reduzir para quatro anos o mandato do presidente Sarney foi aprovada no plenário da Constituinte.

Essa posição, anunciada ontem pelo deputado Manoel Mesias Góis, foi combinada no final da semana, durante um encontro reservado entre a bancada pefelista sergipana na Constituinte, o governador Antonio Carlos Valadares e o ministro do Interior João Alves.